

Anais

do

XIII

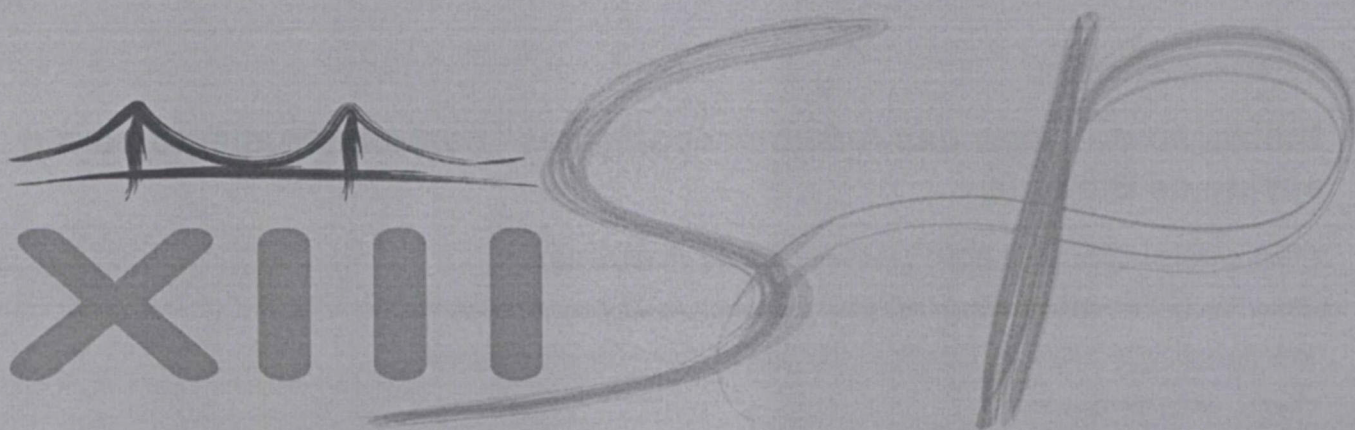
Simpósio de Pesquisa

Realização:



Coordenação de Pesquisa
ILES/ULBRA
(64) 3433-6583
pesquisa.itb@ulbra.br

Avenida Beira Rio, 1001, Bairro Nova Aurora
Itumbiara-GO



XIII Simpósio de Pesquisa - ILES/ULBRA

Ciências Contábeis

A Aplicação da Teoria da Contabilidade na Prática Contábil: Análise da Prática Contábil na Cidade de Tupaciguara-Mg

Laís Vieira Vilalvo (IC)¹ *, Pâmella Ribeiro Borges (IC)¹, Priscila Marques Barbosa Sandoval (IC)¹, Henrique França da Hora (IC)¹, Sílvia Maria Andrade de Faria Nascimento (PQ)¹.

¹Instituto Luterano de Itumbiara ILES-ULBRA, Goiás

*laisvilalvo@bol.com.br

Palavras Chave: *Evolução. Teoria. Contabilidade*

Introdução

Desde o período medieval, a contabilidade vem tomando forma crescente, em volume e importância. De simples registros, percebe-se a contabilidade atualmente com uma ciência que analisa toda a amplitude estática e dinâmica patrimonial. Consoante ao crescimento da ciência contábil, as exigências profissionais, no que tange a competências e habilidades, também se avoluma. Tanto que Iudícibus (2010) afirma que as empresas estão investindo cada vez mais nesses profissionais com ampla visão administrativa, pois seu número está cada vez mais escasso, portanto, a remuneração de posições controladoras está cada vez mais valorizada. Ademais, a utilização da teoria contábil acaba por solevar maior importância na própria prática contábil. Nessa perspectiva, essa pesquisa teve como propósito de responder a seguinte problemática: O profissional contábil utiliza a Teoria da Contabilidade nas empresas onde atua? Partindo disso, o objetivo principal deste estudo é analisar a aplicação da teoria contábil na prática de atuação de profissionais contadores. A justificativa latente centra-se no alcance de níveis de assertividade e profissionalismo superior pela utilização ampla da teoria da contabilidade.

Materiais e Métodos

Foi realizada uma pesquisa de campo em todos os escritórios de contabilidade existentes na cidade de Tupaciguara, onde foram utilizados como instrumentos de coleta de dados dois questionários, a saber: um questionário sociodemográfico adaptado por Guimarães (2005) e o outro questionário contendo questões discursivas e objetivas. Depois de formalizado a localização, foram enviados para todos participantes os questionários abordando o assunto da problemática deste estudo, para que esses fossem respondidos. Da população 11% dos participantes não responderam a pesquisa.

Resultados e Discussão

Através do gráfico 1 pode-se notar que 62% dos participantes aplicam a Teoria da Contabilidade em

sua atuação, demonstrando como é essencial na prática o uso da teoria. De acordo com Sacramento (1998), hoje se exige que, além de conhecer seu instrumento de trabalho e pelo menos mais um idioma, o profissional tenha um pensamento sistêmico e que saiba dominar a tecnologia.

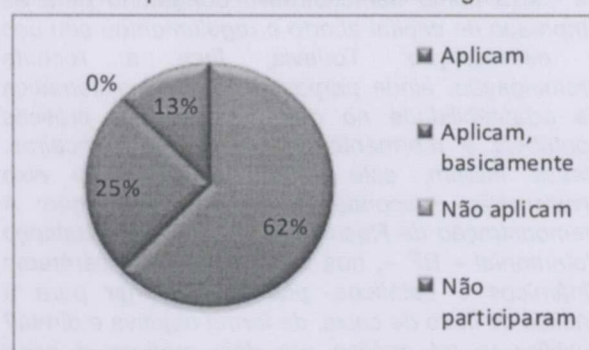


Gráfico 1: Frequência da amostra que aplica a Teoria da Contabilidade em sua atuação.

Mas para que eles consigam dominar todo esse conhecimento novo, é indispensável que domine também os fundamentos básicos da teoria contábil, ou seja, bens, direitos, obrigações, ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas.

Conclusões

De maneira geral, os objetivos desse trabalho foram alcançados e, respondendo à problemática, foi possível observar que a maioria dos profissionais contábeis (62% do grupo amostrado) aplica a Teoria da Contabilidade em sua atuação, porém alguns (25% do grupo amostrado) aplicam apenas partes. Com esse resultado pode-se notar que mesmo ainda havendo pessoas que aplicam a Teoria de forma básica, não deixam de utilizá-la e de conhecê-la.

¹ IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da contabilidade. 10^o ed. São Paulo: Atlas, 2010.

² GUIMARÃES, Flávia Arantes Lopes. Realização Profissional, Prazer e Sofrimento no Trabalho e Valores: um estudo com profissionais de nível superior. Uberlândia, 2005.

³ SACRAMENTO, Célia Oliveira de Jesus. O ensino de teoria da contabilidade no Brasil. *Caderno de estudos*, São Paulo, n. 18, Ago./1998.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-92511998000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 abr. 2012.

ESTRUTURAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA NO ESCOPO DAS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO ANALISTA FINANCEIRO

Fernanda Martins Mamede Silva (IC)¹, Jéssica de Jesus Barros (IC)¹, Juliana Assis Magalhães (IC)¹, Larisse Kariele Mendes Caixeta (IC)¹, Márcio Alexandre Fischer (PQ)^{1*}

¹Instituto Luterano de Itumbiara ILES-ULBRA, Goiás

* marcio.fischer@hotmail.com

Palavras Chave: Analista Financeiro, Análises Contábeis, Tomada de Decisão.

Introdução

A Lei 11.941/08 constituiu a Demonstração do Fluxo de Caixa como demonstrativo obrigatório para as empresas de capital aberto e regulamentou seu uso e estruturação. Todavia, face à recente promulgação, ainda perpassa por uma sistemática de adaptabilidade no que concerne às práticas contábeis e mormente dos analistas financeiros. Nesse ínterim, este estudo adota como eixo problemático responder à seguinte indagação: A Demonstração de Resultados – DRE – e o Balanço Patrimonial – BP –, nos seus respectivos caracteres dinâmicos e estáticos, podem convergir para a análise do fluxo de caixa, de forma objetiva e direta? Justifica-se tal análise por dois motivos a priori asseverados: i) representar uma nova sistemática de estudo para analistas financeiros e ii) ser um instrumento de análise para investimentos no que tange ao grau de risco de investidores quanto à liquidez de uma empresa. Nesse sentido, o objetivo principal deste estudo é analisar se o Fluxo de Caixa pode ser estruturado a partir da convergência da DRE e do BP, ainda que sejam demonstrações dinâmicas e estáticas. Especificamente, pretende-se analisar a estática e a dinâmica patrimonial e de resultados; verificar a estruturação das demonstrações de caixa e analisar as adaptações e variações necessárias para tal estruturação retro citadas.

Materiais e Métodos

A pesquisa ora em análise centra-se na natureza aplicada, com delineamento utilizando o método estatístico comparativo, e com abordagem quantitativa. Far-se-á uso tão somente da análise estrutural das demonstrações em epígrafe, de modo a testar as hipóteses, quais sejam: i) H_0 : Não há diferença estrutural entre a dinâmica e a estática da DRE e do BP para a convergência em demonstração de FC; ii) H_1 : Há diferença estrutural entre a dinâmica e estática da DRE e do BP para a convergência em demonstração de FC. As fontes concentrar-se-ão em secundárias, unicamente, não sendo cabíveis, neste caso, definição amostral.

Resultados e Discussão

A compilação sumarizada das demonstrações em análise estão representadas na Figura 1.

DRE	BALANÇO	FLUXO DE CAIXA
RECEITA	PATRIMONIAL	ENTRADAS
OPERACIONAL	ATIVO	TOTAL DE
BRUTA	Ativo Circulante	ENTRADAS
(-) Deduções	Ativo Não	SAÍDAS
(=) Receita	Circulante	VARIAÇÃO DO
Operacional Líquida		PERÍODO (entradas
(-) custos e despesas	PASSIVO	- saídas)
operacionais	Passivo Circulante	(+) SALDO DO
= LUCRO	Passivo Não	INÍCIO DO PERÍODO
OPERACIONAL	Circulante	=SALDO NO FINAL
(-) Outros Gastos		DO PERÍODO
(+) Outras Receitas	PATRIMÔNIO	
= LUCRO LÍQUIDO	LÍQUIDO	

Figura 1. Estrutura Sintética das Demonstrações. Adaptado de Assaf Neto (2011).

Com base nos demonstrativos supra e avaliando a estrutura das demonstrações, pode-se considerar ser a Demonstração do Fluxo de Caixa derivada e intrinsecamente relacionada ao BP, tanto quanto à DR. Seus valores e premissas centram-se nas variações estáticas e dinâmicas de ambas as demonstrações, e permitem a análise das capacidades de investimento, liquidez e amortização de obrigações constituídas em curto e longo prazos.

Conclusões

A inferência que se faz vincula-se à aceitação da hipótese de nulidade, em que se verificar não haver diferenças no que tange aos aspectos dinâmicos e estáticos das demonstrações mas, em contrário, em função disso que a demonstração de FC apresenta sua importância para o analista financeiro, no escopo de suas habilidades e competências.

¹ ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Guasti Fabiano. Curso de Administração Financeira. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

² GROPELLI, A.A.; NIKB AKHT, Ehsan. Administração Financeira. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

³ HOJI, Masakazu. Administração Financeira: uma abordagem prática: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, análises, planejamento e controle financeiro. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

O Estudo da Programática para a Disciplina de Gestão Tributária do Curso de Ciências Contábeis.

Edson Medeiros Gonçalves (IC)¹, Juleandreson Avelino Cesário (IC)¹, Lúcia Flávia Avelino Santos (IC)¹, Pedro Henrique Marques de Araújo (IC)¹, Thiago de Araújo Carvalho (IC)¹

¹Instituto Luterano de Itumbiara ILES-ULBRA, Goiás

edsonmg67@yahoo.com.br, juleandreson_a_cesario@hotmail.com, *luflavia1@hotmail.com, pedrohenrique104@hotmail.com, Thiago-ac@hotmail.com

Palavras Chave: Contador, ensino, tributos.

Introdução

Diante do cenário atual onde a carga tributária está muito elevada, fazendo com que o contador eleve seus controles, para atender de forma eficaz ao fisco na arrecadação dos tributos. O presente trabalho, cuja o tema é a programática para a Disciplina de Gestão Tributária, com base na Ementa da disciplina em questão, procurará responder a seguinte questão: Quais conteúdos traz a Disciplina de Gestão Tributária do ILES-ULBRA de Itumbiara Goiás do Curso de Ciências Contábeis? A pesquisa justifica-se, para uma melhor visão dos conteúdos abordados em sala de aula, que o futuro contador precisará ter, estabelecendo assim os parâmetros do Sistema Tributário Nacional e Legislação dentro de um contexto real. Nessa direção, o objetivo geral é identificar os quesitos básicos que todo profissional contábil precisa saber em relação aos tributos, e de forma a atingir essa meta tendo como objetivo específico conhecer os conteúdos da disciplina, levantando informações sobre objetivos, conceitos, normas e princípios. E de tal forma contribuindo assim, para a contínua aprendizagem.

Materiais e Métodos

Para a construção deste trabalho, foi necessário uma pesquisa em fontes que tratasse do tema estudado, tendo caráter bibliográfico, objetivo exploratório e método de abordagem dedutivo. Baseando-se na consulta de fontes secundária relativa ao tema para o desenvolvimento e construção do projeto, foram utilizadas bibliografias que abordasse assuntos relacionados em livros, artigos científicos da internet e legislação específica.

Resultados e Discussão

O Trabalho será apresentado aos alunos e professores do ILES-ULBRA, tendo como alvo principal o curso de Ciências Contábeis. Primeiramente explicar o objetivo do tema abordado para este projeto como a importância do ensino rico em conhecimento na instituição, para que os alunos possam aproveitar melhor o conteúdo ensinado. Obtendo assim resultados positivos, com o objetivo de incentivar a aprendizagem e um melhor entendimento para o assunto.

Conclusões

A real importância do trabalho é desenvolver a capacidade de aplicação prática dos conhecimentos obtidos pelos alunos, mostrando a importância da Interdisciplinaridade contida no estudo. Os conceitos adquiridos na disciplina mostram-se, portanto, essenciais para a realização do trabalho e o conhecimento obtido, através da pesquisa e leitura. Em suma conclui-se que a disciplina de Gestão Tributária deve proporcionar aos estudantes universitários uma correta interpretação da Legislação Tributária e seus reflexos no dia-a-dia. Proporcionando assim, uma análise sistemática que possibilitará a decisão de qual o melhor caminho tributário deverá ser adotado, de forma a conseguir obter uma melhor tomada de decisão útil, com base nos ensinamentos.

Agradecimentos

A Deus que me guia em tudo em minha vida, minha família que sempre me incentivou a estudar ter um ensino superior que não foi possível a eles, a meu grupo de trabalho e aos professores do Curso de Ciências Contábeis, dentre eles destaco minha professora e orientadora Neide Maria Ferreira de Lima Benedito.

¹. BRASIL. Código Tributário Nacional, Lei Nº 5.172 de Outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. **Presidência da República Casa Civil**, Brasília, 25 de outubro de 1966. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br>. Acesso em: 08 set.2012.

². BRASIL. Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004. Institui as diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em ciências contábeis, bacharelado, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 de dezembro de 2004, Seção 1, p. 15. 2012.< www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em: 08 set. 2012.

³. FABRETTI, Laúdio Camargo. **Contabilidade tributária**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

⁴. OLIVEIRA, Luís Martins de et al. **Manual de contabilidade tributária: textos e testes com respostas**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS TRÊS PRINCIPAIS REGIMES TRIBUTÁRIOS

Adryele Ferreira Cunha (IC)*¹, Aline Augusta de Araújo(IC)¹, Arthur Jacinto Gonçalves(IC)¹, Gracianna Jéssica Ferreira Silva(IC)¹, Marciela Mendes Silva (IC)¹

¹Instituto Luterano de Itumbiara ILES- ULBRA, Goiás

*adryeleatsfiscal@hotmail.com

Palavras Chave: *Planejamento, Tributos, Contador.*

Introdução

Planejamento Tributário é um estudo prévio à concretização dos fatos fiscais e econômicos com o intuito de encontrar a alternativa legal menos onerosa para a empresa. O presente artigo tem como objetivo fazer uma análise comparativa com os resultados das demonstrações contábeis do ano de 2011 de uma empresa optante pelo Simples Nacional, de como ficaria sua carga tributária se enquadrados no regime do Lucro Real e Lucro Presumido, evidenciando suas vantagens e desvantagens, e responde como o profissional contábil, com seus conhecimentos técnicos pode contribuir no planejamento e redução da carga tributária de acordo com a legislação fiscal. Ressaltando a importância deste profissional na gestão e assessoria contábil, para que o empreendedor possa tomar assertivas decisões.

Materiais e Métodos

Foi realizada uma pesquisa de campo numa empresa, optante pelo Regime do Simples Nacional, atuante no comércio varejista de calçados na cidade de Itumbiara GO. Os dados coletados foram a DRE, o Balanço Patrimonial e os Balancetes contabilizados no exercício do ano de 2011, submetidos a uma análise quantitativa descritiva para comparar o valor dos impostos pagos em cada um dos Regimes Tributários: Lucro Real e Lucro Presumido.

Resultados e Discussão

De acordo com os três principais regimes tributários, Lucro Real, Lucro Presumido e Simples Nacional nota-se uma grande diferença nos valores dos tributos, o que eleva a carga tributária do contribuinte. Assim como demonstrado na tabela 1, a empresa em estudo optante pelo Simples Nacional recolheu no exercício de 2011 um valor R\$ 162.207,07 referente aos tributos, se a empresa estivesse no Lucro Presumido teria recolhido em torno de 95,60% a mais do que no Simples Nacional, e se a mesma estivesse no regime do Lucro Real seria em torno de 172,42% a mais, o

que faria com que a empresa diminuísse drasticamente seu lucro.

Tabela 1 - IMPOSTOS APURADOS EM CADA REGIME TRIBUTÁRIO

	LUCRO REAL	LUCRO PRESUMIDO	SIMPLES NACIONAL
CONT.PREV.PATRONAL	38.585,11	38.585,11	-
CONT.PREV.TERCEIROS	11.189,68	11.189,68	-
IRPJ	46.136,06	19.364,98	-
CSLL	25.248,98	17.345,98	-
PIS	26.500,81	10.439,71	-
COFINS	122.064,36	48.183,30	-
RAT	1.929,26	1.929,26	-
ICMS	170.246,38	170.246,38	-
SIMPLES NACIONAL	-	-	162.207,07
TOTAL DOS IMPOSTOS	441.900,64	317.284,40	162.207,07

Fonte: elaborada pelos autores

Conclusões

Os resultados obtidos demonstraram que através do Planejamento Tributário e do conhecimento específico do profissional contábil é possível uma redução na carga tributária, e que a empresa em estudo deve, a priori, permanecer no Regime do Simples Nacional por ser o que apresentou menores custos tributários. Devido às oscilações do mercado e mudanças na Legislação Tributária ressalta-se a importância de constantes análises contábeis, procurando as melhores condições e alternativas de como reduzir a carga tributária, sem optar pela evasão e ou sonegação tributária.

¹ Carlin, E.L.B.; Auditoria, planejamento e gestão tributária. Curitiba: Juruá, 2011, 132p.

² Chaves, F. C.; Muniz, E.G.; Contabilidade tributária na prática. São Paulo: Atlas, 2010. 348 p.

UM ESTUDO SOBRE A FORMA DE TRIBUTAÇÃO UTILIZADA NOS LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS DE ITUMBIARA-GO

Andriely Marquette Dias(IC)¹, Ana Flávia Domingos(IC)¹, Lina Alves Ferreira(IC)¹, Lorena Nayane Silva(IC)¹, Maria Aparecida Pimenta(PQ)¹, Virgínia Laís Alves Silveira (IC)¹

¹Instituto Luterano de Itumbiara ILES-ULBRA, Goiás

andrielymarquette@hotmail.com,

anaflavia1990vave@gmail.com,

lina_a_ferreira@hotmail.com,

lorins@hotmail.com, *cidapimenta@netsite.com.br, laisinha_017@hotmail.com.

Palavras-chaves: Impostos, Planejamento, Tributação.

Introdução

Em qualquer ramo de atividade é imprescindível que o empresário ou administrador conheça a carga tributária de sua empresa, este processo também é conhecido como planejamento tributário, segundo Fabretti (2009,p.8) o planejamento tributário exige, antes de tudo, bom senso do planejador há alternativas legais válidas para grandes empresas, mas que são inviáveis para as médias e pequenas. O presente estudo busca responder se os empresários de laboratórios de análises clínicas conhecem a carga tributária para seu ramo de atividade. O objetivo geral analisar o conhecimento do empresário a respeito da tributação de sua empresa, tendo como objetivos específicos analisar as diferentes formas de tributação brasileira, a composição de cada uma delas e suas variáveis.

Materiais e Métodos

O presente estudo elaborou se por meio de pesquisa bibliográfica e de campo, utilizou se o método dedutivo baseando se em artigos, livros, legislação pertinente e questionário com questões fechadas de múltipla escolha. Dentro de plano de amostragem a população alvo da pesquisa foi de 100% ou seja, 7 empresários na área de laboratório de análises clínicas situado na cidade de Itumbiara GO.

Resultados e Discussão

Dos empresários entrevistados 50% responderam que são optantes pelo Lucro Real, 33% Lucro Presumido e 17% Simples Nacional, a maioria são optantes pelo Lucro Real, que de acordo com (OLIVEIRA, 2004,p.194) é o lucro contábil, ajustado pelas adições, exclusões e compensações permitidas pela legislação o Imposto de Renda; ao escolher a esta opção o empresário deve estar atento aos lucros obtidos; se o mesmo for alto a empresa poderá arcar com uma carga tributária bem mais elevada nos tributos, Imposto de Renda e Contribuição Social, totalizando 24% sob o lucro e 6,65% sob o faturamento para os demais tributos. Já na opção do lucro presumido o fator que deve

Instituto de Ensino Superior de Itumbiara – ILES-ULBRA

levar em conta é o faturamento, para a prestação de serviços laboratoriais a carga total chega a 14,25% do faturamento total. Em se tratando da opção pelo Simples nacional os fatores principais para os cálculos são o faturamento e a folha de pagamento. Conforme a Lei complementar n.123/06 anexo V os percentuais do simples nacional para atividade laboratorial são calculados com base no fator (r) = Folha de salários incluído encargos (12 meses)/Receita Bruta (12 meses), caso o fator (r) < 0,10 e o faturamento seja até 180.000 anuais a alíquota corresponde a 17,50% sob o faturamento mensal, caso o fator (r) ≥ 0,40 alíquota corresponde a 8,00% sob o faturamento. Porém se o faturamento corresponde a 3.600,000, 00 a alíquota corresponde a 22,90% caso o fator (r) < 0,10 e alíquota de 17,18% caso o fator (r) ≥ 0,40. Estes percentuais podem variar de acordo com o faturamento e a folha de pagamento.

Conclusões

Mediante análises de resultado percebeu-se que a maioria dos empresários utiliza o Lucro Real como opção de tributação, e que essa decisão foi tomada juntamente com o contador. Sendo assim percebe se que é de vital importância a influência e o conhecimento do contador para a realização de um planejamento tributário adequado, porém tanto os empresários como os contadores devem estar atentos a movimentação individual da empresa, fatores como a folha de pagamento pode influenciar muito na escolha da tributação. Conclui se que nem sempre a mesma opção de tributação é a mais viável para todos os laboratórios de análises clínicas.

Referencias Bibliográficas

BRASIL, Lei Complementar n. 123 de 14 de Dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao>. Acesso em: 20 mai. 2012

²FABRETTI, Laudo Camargo. *Contabilidade tributaria*. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

³OLIVEIRA, Luis Martins d et al. *Manual de contabilidade tributaria: textos e testes com a respostas*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2004.